



HOMOLOGAÇÃO	
D.M. 22/3/00	
D.O.U. 24/3/00	Seção 1 E.P. 29
ATO: PM 395	22/3/00
D.O.U. 24/3/00	Seção 1 E.P. 27

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO/MANTENEDORA: Comunidade Evangélica Luterana São Paulo		UF: RS
ASSUNTO: Reconhecimento do curso de Ciências Políticas, bacharelado, da Universidade Luterana do Brasil, no <i>campus</i> de Canoas		
RELATOR(a) CONSELHEIRO(a): Jacques Velloso		
PROCESSO Nº: 23000.002903/99-61		
PARECER Nº: CES 146/2000	CÂMARA OU COMISSÃO: CES	APROVADO EM: 15/02/2000

I – RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR

Considerando os elementos constantes do processo, em especial:

- o relatório da Comissão Verificadora, pormenorizado e extremamente informativo, atribuindo conceito global "B" às condições de oferta;
- o relatório da SESU/MEC,

Voto pelo reconhecimento do curso de Ciências Políticas, bacharelado, da Universidade Luterana do Brasil, no *campus* de Canoas - RS, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, pelo prazo de três anos, sugerindo-se à instituição que atente para as recomendações da referida Comissão, tendo em vista a renovação do reconhecimento.

Registre-se que por ocasião da visita da Comissão Verificadora o curso era oferecido com 100 (cem) vagas totais anuais, sendo 50 (cinquenta) vagas por semestre.

A instituição deve divulgar o conceito resultante da avaliação do curso nos Editais dos processos seletivos do curso, conforme o art. 4º da Portaria SESu/MEC 2.297/99 e incluir o referido conceito no catálogo previsto na Portaria MEC nº 971/97.

Brasília, 15 de fevereiro de 2000.

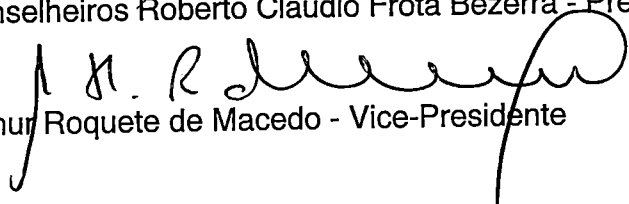
Conselheiro Jacques Velloso – Relator

II - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior acompanha o voto do Relator.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2000.


Conselheiros Roberto Cláudio Fróta Bezerra - Presidente


Arthur Roquete de Macedo - Vice-Presidente

146/00

82

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIO/SESu/COSUP Nº 044 /2000

Processo n.º: 23000.002903/99-61
Interessada : COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO
CGC : 88.332.580/0001-65
Assunto : Reconhecimento do curso de Ciências Políticas, bacharelado, ministrado pela Universidade Luterana do Brasil, no *campus* de Canoas, na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

I - HISTÓRICO

O Reitor da Universidade Luterana do Brasil, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitou a este Ministério o reconhecimento do curso de Ciências Políticas, ministrado por aquela Universidade em sua sede em Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O curso de Ciências Políticas da ULBRA estava previsto, com currículo definido, no projeto de transformação das Faculdades Canoenses em Universidade Luterana do Brasil, projeto esse autorizado em 12 de janeiro de 1988 pelo Decreto Federal nº 95.623/88, com base no Parecer CFE 1.128/87. Conforme o previsto, o curso foi autorizado a funcionar pela Resolução nº 47/91 do Conselho Superior de Administração e implantado no primeiro semestre de 1994, para ser oferecido no turno noturno, com 100 (cem) vagas totais anuais, sendo 50 (cinquenta) por semestre.

A Instituição comprovou sua regularidade fiscal e parafiscal, conforme documentos em anexo ao processo.

Para verificar as condições de oferta do curso, tendo em vista o seu reconhecimento, a SESu/MEC, mediante a Portaria n.º 875/99, de 21 de junho 1999, designou Comissão de Avaliação, constituída pelas professoras Maria Helena Magalhães Castro e Maria Dina Nogueira Pinto, ambas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Comissão Avaliadora visitou a Universidade, no período de 16 a 21 de agosto de 1999, e apresentou relatório favorável ao reconhecimento do curso, atribuindo o conceito global "B" às condições de sua oferta.

SK

II - MÉRITO

A Comissão de Avaliação apontou a existência dos seguintes pontos fracos, que ensejam a adoção de providências saneadoras:

- currículo excessivamente extenso e fechado; excede em muito a exigência de 2.200 horas, não oferece disciplinas optativas e não permite a integralização em 4 anos. É impossível desenvolver o trabalho de conclusão do curso (TCC) em um semestre apenas, realizado simultaneamente com outras 5 disciplinas. Além disso, o encadeamento e distribuição das disciplinas ao longo da grade deve ser melhorado;
- as disciplinas de metodologia não só não encaminham o aluno para o TCC como estão mal distribuídas; há semestres sem nenhuma disciplina de metodologia, enquanto o terceiro semestre tem 3 (três) e o quinto tem 2 (duas). Especificamente, é importante contar com disciplinas de metodologia bem encadeadas no sexto e no sétimo semestres, já acompanhando o trabalho de conclusão do curso;
- eliminar 800 horas/aula (12 disciplinas), reduzindo de 48 para 36 disciplinas e de 200 para 144 créditos. O TCC deve ser distribuído em 4 semestres, caindo de 16 para 6 créditos no semestre de sua finalização e defesa. Pode-se eliminar várias disciplinas de Direito, tal como Introdução ao Direito, fundir outras, tais como Direito Constitucional Comparado com História dos Parlamentos e Direito Constitucional II com Técnica Legislativa, e ambas tornadas optativas para a ênfase ou habilitação em assessoria parlamentar. Porque se superpõem, recomenda-se fundir, ainda, Introdução à Ciência Política com Epistemologia da Ciência Política e excluir Iniciação ao Método Científico. Na mesma linha, recomenda-se fundir também Filosofia I com Lógica e Métodos e Técnicas de Pesquisa em Ciência Política com Teoria da Pesquisa em Ciência Política, que deveria ser a disciplina inicial e mais teórica de metodologia;
- criar pelo menos quatro disciplinas optativas com nome genérico - Tópicos Especiais da Ciência Política I a IV, ou Tópicos Especiais nas principais ênfases da formação oferecida (como em Assessoria Parlamentar, Análise de Conjuntura, Marketing Político e Teoria Política ou Políticas Públicas) que pudessem, de um lado, oferecer em regime de rodízio um conjunto de disciplinas temáticas, que hoje aparecem na condição de obrigatórias, e, de outro, garantir uma abertura para que professores visitantes, ou que acabem de defender tese, possam oferecer seminários sobre suas áreas de pesquisa. Não obstante as alterações sugeridas, a Comissão concorda que o currículo original seja mantido até o reconhecimento do curso;
- com o doutoramento de vários professores, é recomendável que haja rodízio na função de Coordenação do Curso, de modo a permitir o doutoramento da atual coordenadora e que a coordenação seja confiada aos professores com titulação mais alta na área disciplinar do curso. É também fundamental que se adote uma política clara e firme de só apoiar doutoramentos na área disciplinar do curso - Ciência Política - e que se desenvolva, com o tempo, um sistema de gestão mais



pró-ativo, com monitoramento próprio de seu funcionamento, com prioridades bem definidas.

- há falhas na coleção de periódicos para a área de Ciência Política, como, por exemplo, a ausência da Revista DADOS do IUPERJ, entre outras. O acervo de livros e, principalmente, de periódicos pode e deve ser melhorado e melhor integrado às atividades do curso.

Esta Secretaria determina à Universidade que adote as providências necessárias para atender as recomendações apontadas pela Comissão Avaliadora, até a fase de verificação das condições de oferta do curso, com vistas à renovação do seu reconhecimento.

Acompanham este relatório os anexos:

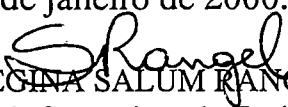
A - Síntese das informações do processo e do relatório da Comissão Avaliadora; B - Corpo docente; C - Currículo pleno do curso.

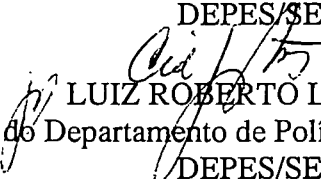
III - CONCLUSÃO

Encaminhe-se o presente processo à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, acompanhado do relatório da Comissão Avaliadora, que se manifestou favorável ao reconhecimento do curso de Ciências Políticas, bacharelado, com o conceito global B atribuído às condições de sua oferta, ministrado pela Universidade Luterana do Brasil, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, com 100 (cem) vagas totais anuais, sendo 50 vagas por semestre, no turno noturno, pelo prazo de três anos. Esta Secretaria recomenda ao Conselho Nacional de Educação determinar à Universidade que no Edital de abertura do processo seletivo, divulgue o conceito resultante da avaliação do curso, conforme previsto no artigo 4º da Portaria 2.297/99, de 08 de novembro de 1999, que dispõe sobre procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores, e a inclusão do referido conceito no catálogo, previsto na Portaria MEC nº 971/97, de 22 de agosto de 1997.

À consideração superior.

Brasília, 18 de janeiro de 2000.


SUSANA REGINA SALUM RANGEL
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior
DEPES/SESu


LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior
DEPES/SESu

ANEXO A

SÍNTESE DAS INFORMAÇÕES DO PROCESSO E DO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A.1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

N.º do Processo: 23000.002903/99-61

Instituição: UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

Curso	Mantenedora	Total Vagas Anuais	Turno(s) de Funcionamento	Regime de Matrícula	Carga Horária Total	Tempo Mínimo de IC*	Tempo Máximo de IC*
Ciências Políticas	Comunidade Evangélica Luterana São Paulo	100	Noturno	Semestral	3000 h/a	04 anos	06 anos

* Integralização curricular

A.2 - CORPO DOCENTE

QUALIFICAÇÃO		
Titulação	Área do conhecimento	Totais
Doutores	Ciências da Educação (2), Direito, Direito Internacional Público, Literatura Comparada	05
Mestres	Ciências Políticas (7), Filosofia (3), História (4), Jornalismo, Letras, Planejamento Urbano e Regional, Psicologia Social e da Personalidade, Sociologia	19
Total		24



INSTALAÇÕES FÍSICAS (Condições Gerais)
A Comissão Avaliadora observou que o curso de Ciências Políticas, como os demais da Universidade, desfruta de bastante conforto e alternativas: espaço para a coordenação, salas de aula bem montadas, de tamanho e recursos variáveis, ampla sala de reuniões, lavatórios separados para professores e alunos, ótimas lanchonetes e restaurantes, serviços bancários, livraria-papelaria e laboratórios.

LABORATORIOS
A Universidade informou que instalou, equipou e adaptou os laboratórios às necessidades dos diferentes cursos: de Informática, de Química e Bioquímica, de Microscopia, de Microbiologia, de Fisiologia, de Anatomia, de Enfermagem, de Topografia, de Ensaio de Materiais, de Solos, de Meteorologia, de Física, de Eletrotécnica, de Telecomunicações, etc. Informou ainda que está em construção um prédio exclusivo para todos os laboratórios, com área de 4.870 m2 .

BIBLIOTECA
A área total da biblioteca central é de 4.300 m2, possui uma equipe de 48 funcionários: 1 diretor, 8 bibliotecários e 39 auxiliares. A Universidade informou que o acervo geral de livros corresponde a 95.910 títulos e 185.192 exemplares, dos quais 14.102 títulos são específicos da área de Ciências Políticas, que também conta com a assinatura de 25 periódicos e 43 fitas de vídeo. A Comissão de Avaliação apontou falhas na coleção de periódicos para a área de Ciências Políticas, como, por exemplo, a ausência da Revista DADOS do IUPERJ, entre outras, e considerou que o acervo de livros e, principalmente, o de periódicos pode e deve ser melhorado e melhor integrado às atividades do curso.

SL



anualmente, na data de seu aniversário, mas o curso de Ciência Política não adota nenhum instrumento de avaliação das disciplinas pelos alunos (questionários semestrais por disciplina) e nem tem uma cultura de monitorar o conjunto de atividades curriculares e extracurriculares, suas possíveis redundâncias e lacunas, como já destacado acima.

O último item, **Apoio Administrativo**, foi difícil avaliar pelo ineditismo da organização da ULBRA. De um lado, os departamentos se reduzem e se confundem com as coordenações de cursos. Na verdade, só se encontra salas de coordenação de curso e, no CCEPS, a única Coordenação que conta com apoio administrativo próprio (uma estagiária) é a do curso de Administração, o maior do Centro (com 3.000 alunos). Há uma regra pela qual só se aloca funcionário para cursos com mais de 300 alunos. Com isso, os outros 4 departamentos ou cursos do CCEPS compartilham os 22 funcionários alocados na Diretoria do Centro e nas salas de Apoio Docente e de Apoio Discente.

Apoio Administrativo do CCEPS

Apoio Docente	9 funcionários em três turnos de 4 horas (3 por turno)
Apoio Discente	9 funcionários em três turnos de 4 horas (3 por turno)
Diretora do CCEPS	1 secretária
5 Departamentos do CCEPS ³	2 secretárias
	1 auxiliar
	2 estagiários

Esse sistema exige capacidade de planejamento e programação das necessidades para que se possa efetivamente usar os funcionários. Além disso, o CCEPS não se limita aos 5 cursos que oferece: há outras estruturas como o Banco de Soluções, núcleos de pesquisa, programas de pós-graduação que também pressionam pelo tempo de funcionários. É possível que as dificuldades de consolidação dos dados e informações encontradas pela Comissão se deva à parcimônia com que se distribui o corpo de funcionários e talvez se deva à falta de programação para uso dos que estão lotados no CCEPS. Provavelmente, se deve a ambos os fatores.

Conceito B

Padrão 5 – Corpo Docente: titulação e adequação do perfil

O corpo docente é jovem e junior, mas recrutado nos melhores centros de formação do estado: UFRGS e PUC-RS, U. Fed de Santa Maria e UNISINOS, além de um professor com pós-graduação (mestrado e doutorado) na USP e outro na UFMG. A adequação das áreas de formação às áreas de ensino do curso é bastante boa, devendo melhorar com o doutoramento. Aos cinco mestres em Ciência Política (com bacharelado em Ciências Sociais); se somam outros nove professores com perfis muito adequados às áreas sob suas responsabilidades (Filosofia Política, Oratória, Psicologia Social, Português, Direito Constitucional, Organismos Internacionais, História dos Parlamentos, Epistemologia e Filosofia, etc.), além da Coordenadora.

Docentes lotados do Departamento de Ciência Política

NOME DO	DISCIPLINA	TITULAÇÃO	Ano	NÍVEL	REGIME
---------	------------	-----------	-----	-------	--------

³ Por norma geral da ULBRA, os cursos só conseguem dispor de funcionário próprio quando possuírem mais de 300 alunos. O curso de Administração alcança esta escala e conta com uma das estagiárias.



CPOL	DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	060	04
DIR	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I	060	04
CPOL	TÉCNICAS DA AÇÃO POLÍTICA	060	04
CPOL	LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS POLÍTICAS	060	04
Semestre 5			
CPOL	NAÇÃO E ESTADO	060	04
MET	CLASSES SOCIAIS E PODER	060	04
HIS	CAPITAL E TRABALHO – RELAÇÕES E REPERCURSÕES	060	04
MAT	ESTATÍSTICA I	060	04
FIL	EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA POLÍTICA	060	04
HIS	PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO	060	04
Semestre 6			
HIS	REGIMES POLÍTICOS E SISTEMAS DE GOVERNO	060	04
CPOL	PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	060	04
CPOL	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	060	04
CPOL	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE	060	04
HIS	FASES DA POLÍTICA BRASILEIRA	060	04
HIS	TÉCNICA LEGISLATIVA	060	04
Semestre 7			
DIR	DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO	060	04
CPOL	PARTIDOS POLÍTICOS	060	04
FIL	LEGISLAÇÃO ELEITORAL BRASILEIRA	060	04
HIS	PENSAMENTO POLÍTICO I	060	04
CPOL	COMPORTAMENTO POLÍTICO	060	04
CPOL	MARKETING POLÍTICO	060	04
Semestre 8			
CPOL	PENSAMENTO POLÍTICO II	060	04
DIR	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	060	04
JOR	ORATÓRIA	060	04
CPOL	PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL	060	04
HIS	HISTÓRIA DOS PARLAMENTOS	060	04
CPOL	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNC. POLÍTICAS	240	16
		NÚMERO DE CRÉDITOS: 200	
		TOTAL DE HORAS/AULA: 3000	

A Comissão verificou no convívio com alunos e professores, que a aparente dispersão do corpo docente por dez departamentos não se verifica “de fato”. A Coordenadora é egressa do Departamento de História e mantém estreito contato, inclusive, várias iniciativas conjuntas com seus antigos colegas. O mesmo se aplica ao professor do Departamento de Metodologia (mestre em Sociologia) e ao de Jornalismo (onde a coordenadora, atualmente, leciona a disciplina Política Brasileira). Há ainda uma professora lotada na Filosofia com mestrado em filosofia política. O núcleo central da equipe docente reúne cerca de 15 dos 24 professores. Apenas algumas poucas disciplinas não têm ementa e registro exclusivo ao curso de Ciências Políticas e podem ser cursadas em turmas do Direito, Letras ou Teologia, inclusive em horários alternativos ao do turno noturno.

c. Fluxograma da integralização do currículo

Embora muito rico e interessante, o currículo está excessivamente extenso e fechado (Quadro 6). Excede em muito a exigência de 2.200 horas, não oferece disciplinas optativas e não permite a Integralização em 4 anos, mesmo que o aluno curse 6 disciplinas por semestre (o que não é o caso na ULBRA). É impossível desenvolver o trabalho de conclusão de curso – TCC – em um semestre apenas e, simultaneamente a 5 outras disciplinas. Além disso, deve-se melhorar o encadeamento e distribuição das disciplinas ao longo da grade. As disciplinas de metodologia não só não



em 4 anos. Além de caro, o curso não está dimensionado para formar alunos com defesa de TCC – trabalho de conclusão de curso – em quatro anos, como será demonstrado no Padrão 2.

Conclusão: A Comissão conclui que a ULBRA tem perfeitas condições de abrigar e desenvolver o curso, que o perfil do profissional sendo formado é relevante e que os problemas de efetivo impacto (preenchimento das vagas e titulação em quatro anos de curso) serão resolvidos com o enxugamento do currículo (e dos custos financeiros e de tempo), com o reconhecimento do curso e a consolidação de sua imagem externa.

Conceito A (Muito Bom)

Padrão 2 – Estrutura Curricular

a. Grade Curricular

A concepção é muito boa. Embora tenha sido proposta por juristas sem familiaridade com a configuração atual da disciplina, chamada hoje no singular, Ciência Política, a equipe soube se reapropriar de Oratória, por exemplo, e dar conteúdo contemporâneo às ementas, todas elas seguindo um padrão que especifica os tópicos cobertos, a bibliografia básica e complementar. Se há alguma crítica a fazer à grade curricular é de excesso e não insuficiência.

b. Currículo Pleno: disciplinas obrigatórias e optativas

A grade curricular se compõe de 48 disciplinas (6 por semestre) todas obrigatórias. Dessas, 18 são oferecidas pelos 7 docentes lotados no Departamento de Ciências Políticas, correspondendo a 78 dos 200 créditos exigidos. As demais disciplinas são oferecidas por professores lotados nos Departamentos de História (10 disciplinas), Direito (5), Filosofia (4), Metodologia (3), Jornalismo/Com. social (1), Economia (1), Matemática (1), Teologia (1), Psicologia (1), Letras (1), e, tornada optativa recentemente, Educação física (2).

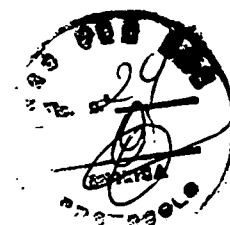
DEPTOS	DISCIPLINA	CH	CRED
Semestre 1			
TEO	CULTURA RELIGIOSA	060	04
LET	LÍNGUA PORTUGUESA I	060	04
CPOL	SOCIOLOGIA GERAL I	060	04
FIL	FILOSOFIA I	060	04
MET	INTRODUÇÃO AO MÉTODO CIENTÍFICO	060	04
EFI	EDUCAÇÃO FÍSICA I (optativa)	030	02
Semestre 2			
CPOL	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	060	04
ECO	ECONOMIA POLÍTICA	060	04
FIL	ANTROPOLOGIA	060	04
CPOL	DOCTRINAS POLÍTICAS	060	04
CPOL	PENSADORES SOCIAIS	060	04
EFI	EDUCAÇÃO FÍSICA II (optativa)	030	02
Semestre 3			
DIR	DIREITO CONSTITUCIONAL I	060	04
CPOL	TEORIA DA PESQUISA EM CIÊNCIAS POLÍTICAS	060	04
PSI	PSICOLOGIA SOCIAL I	060	04
FIL	LÓGICA I	060	04
CPOL	METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA EM CIÊNC. POLÍT.	060	04
MET	FILOSOFIA POLÍTICA	060	04
Semestre 4			
CPOL	ANÁLISE POLÍTICA	060	04
DIR	DIREITO CONSTITUCIONAL II (SCB)	060	04



	PROFESSOR	DISCIPLINA	TITULAÇÃO	Ingresso	NÍVEL	REGIME
1.)	Ana Regina F. Simão, Coord.	Pensadores Sociais Política Externa Brasileira	Lic. Em História – PUC/RS-1986 Espec. em História do Brasil – PUC-1991 Mestre em História (Política) – PUC-1993	95.1	ME Hist Pol	TI
2.)	Arlete Aparecida H. De Arruda	Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente Comportamento Político TCCo	Bel. Ciências Sociais – UNIPLAC/FACIP/SC – 1975/Lages Mestre em Ciências Políticas – UFRGS – 1982	97.1	ME CPol	TP/27
3.)	Jaime Antônio Nalin	Legislação e Ética Prof. em Ciências Políticas Metodologia da Pesquisa em Ciências Políticas Teoria da Pesquisa em Ciências Políticas	Lic. Filosofia – FFCLIC/RS – 1989 da UFSM Espec. em Pensamento Político Brasileiro, UFSM/RS,91 Espec. Metodologia de Ensino – UPF/RS,94 Mestre em Ciências Políticas – UFRGS – 1995	97.1	05	TI
4.)	Juliano Corbellini	Análise Política Partidos Políticos Pensamento Político II	Bel. em Ciências Sociais – UFRGS – 1991 Mestre em Ciência Política – UFRGS – 1998 Doutorando CPol na UFRGS	95.1	05	TI
5.)	Everton R. dos Santos	Introdução a Ciência Política	Bel. Ciências Sociais – UNISINOS/RS – 1992 Mestre em Ciência Política – UFRGS/1996	99.1	05	16
6.)	Paulo Gabriel Martins de Moura	Marketing Político Técnica da Ação Política Pesquisa de Opinião	Bel. Ciências Sociais – UFRGS – 1993 Mestre Ciências Políticas – UFRGS – 1998	96.1	05	TI
7.)	Rogério Fraga de Campos	Doutrinas Políticas Estado e Nação Sociologia Geral I	Bel. em Ciências Sociais – PUC/RS – 1990 Mestre em Filosofia – PUC/RS – 1995	95.1	05	TI

Docentes Lotados em outros Departamentos

8.)	André Koeche História e Política	Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Pensamento Político Brasileiro	Lic. Em História – PUC/RS – 1985 Espec. Em História do Brasil – PUC/RS – 1987 Mestre em História – PUC/RS – 1989	97.1	ME	TP/20
9.)	Clóvis Dvoranoski CECHL/Depto Metodologia	Filosofia Política Classes Sociais e Poder Introdução ao Mét. Científico	Lic. Filosofia – FFNSI/RS – 1982/Imaculada Conceição da UFSM. Bel. Direito – ULBRA/RS – 1997 Mestre em Sociologia- UFRGS – 1991	96.2	ME	TP/30
10.)	Claudio Pereira Elmir História e Política	Pensamento Político I	Bel. em História – UFRGS/ Mestre em História – UFRGS/1996 Doutorando em História – UFRGS	98.1	ME	TP/20
11.)	Toni André Scharlau Vieira Jornalismo	Oratória	Bel. Comunicação Social- UNISINOS/Rs – 1988 Mestre em Jornalismo – USP – 1994 Doutorando em Comunicação Social – USP final de 1999)	99.1	ME	TP/30
12.)	Suzana Chinazzo Depto Filosofia	Epistemologia da Ciência Política Antropologia	Bel. em Filosofia – FAFIMC/RS - 1986 Marista Mestre em Filosofia Filosófica – PUC/RS – 1996	96.2	ME	TP/30
13.)	Luis Carlos Lopes Moreira Depto C. Jurídicas	Organismos Internacionais	Bel. em Direito – UFRGS/ 1972 Doutor Direito Internacional Público – Paris II/1977	98.1	05	TI
14.)	Moerna T. Cavalcante Depto Letras	Lingua Portuguesa	Lic. em Português e Inglês- UNISINOS-1974 Mestre em Literatura da Lingua Portuguesa/ 1982 – UFRGS Doutora Literatura Comparada- Limoges- França	96.1	05	TI
15.)	Luiz Afonso Heck Direito	Direito Constitucional I Direito constitucional II	Bel. Direito- UFMG/1988 Doutor em Direito – UFMG/1995	98.1	07	TI
16.)	Sonia .L. R. Rovinski	Psicologia Social	Bel. em Psicologia- PUC/1981 Espec. em Criminologia-PUC/1990	97.1	05	TP/20



	Psicologia, trabalha em Pesq Violencia c/ Rogerio Fraga		Espec. em Psicologia Criminal/FDRH-PUC/1986 Mestre em Psi Social e da Personalidade-PUC/RS, 94			
17)	Valter Kuchenbecker	. Cultura Religiosa	Bel. em Teologia- Seminário Concórdia/1988 Lic. em Letras – FAPA/1991 Doutor Ciências da Educação-U..Pontif. Salamanca/1998	95.1	07	TI
	Depto Teologia e Editora da Ulbra					
18)	Jackson de Toni	. Economia Política (trabalha gov. Olívio Dutra)	Bel. Economia – PUC/1989 Mestre em Planejamento Urbano e Regional – UFRGS/ 1994	98.1	05	Horista
	Depto Economia					
19)	Evangelia Aravanis	Partidos Políticos no Brasil Fases da Política Brasileira	Lic. Em História – UFRGS – 1988 Mestre em Ciência Política – UFRGS - 1998 Doutoranda em História-UFRGS	97.1	05	TI
	História e Política					
20)	Stella Maris Araújo Borges	Regimes Políticos e Sistemas de Governo Capital/Trabalho - Relações e Repercussões	Lic. Em História – PUC/RS – 1986 Espec. Em História – PUC/RS – 1989 Mestre em História – PUC/RS – 1991	97.2	05	TP/20
	Política e História					
21)	Fernando Schüler	História dos Parlamentos Legislação Eleitoral Brasileira Técnica Legislativa	Lic. História – FAPA/RS - Especialista em Políticas públicas e Gestão Governamental – ENAP- Brasília Mestre em Ciências Políticas – UFRGS Aprovado concurso gestor público, ENAP/MARE	98.2	05	TP/20
	Política e História, trabalhou c/ Weffort e Brito					
22)	Paulo Augusto Seifert	. Lógica I . Filosofia I	Bel. Filosofia – UFRGS/1985 Mestre em Filosofia – PUC/1998 Doutorando em Educação	97.2	05	TI
	Depto Filosofia,Coord					
23)	Arno Bayer	. Estatística I	Lic. Matemática- FAPA/1974 - Espec. Metodologia do Ens Superior-UFRGS/79 Doutor em Educação-U. Pontificia Salameanca/98	97.1	07	TI
	Depto Matemática					
24)	Antônio Augusto Furtado	. Introdução ao Estudo do Direito I . Direito Constitucional Comparado	Bel. Direito- PUC/1981 Bel. Letras-UFRGS/1986 Mestre em Letras – UFRGS/1991 Doutorando/ UFRGS	96.1	05	TP/20
	Direito					

O índice de qualificação docente é muito bom (IQCD = 3,2 em escala com máximo de 4) mas não há nenhum doutor em Ciência Política - apenas um professor acaba de ingressar em programa de doutorado nesta área na UFRGS. Em compensação, o clima do corpo docente é de grande energia e de altas expectativas para com o curso, o que é excelente e precisa ser alimentado por política de direcionamento para doutorados na área do curso.

Quadro 7 – Qualificação Docente

Titulação	Total de Professores	%	Em Ciências Sociais		Em outras Áreas	
			N	%	N	%
Graduação	0					
Especialização	0					40%
Mestrado	20	83,33%	09	100%	06	60%
Doutorado	04	16,66%	-		04	
Total	24	100%	14	100%	10	100%

$$IQCD = 16+60/24 = 76/24 = 3,2$$

Conceito A